

ASSOCIAÇÃO

Diretora Helena Rato | Órgão Oficial da Associação Portuguesa de Deficientes



DESTAQUE



Ana Cláudia Couto, pág. 6



Há nove meses que vivemos confinados e condicionados

n.º 305 | novembro 2020
Trimestral | 0,6€



Este é o terceiro número do Jornal Associação que sai sob o signo da Covid-19. Há nove meses que vivemos confinados e condicionados. Para as pessoas com deficiência têm sido tempos difíceis. O layoff levou a que muitos trabalhadores tivessem cortes salariais ou fossem despedidos, caso fossem precários. Os atrasos na obtenção de atestados de incapacidade multissus aumentaram escandalosamente, assim como a atribuição de produtos de apoio. As crianças e jovens com necessidades educativas especiais ficaram mais excluídas. A info-exclusão também prejudicou estudantes universitários. O encerramento de inúmeras unidades de cuidados primários, a suspensão de apoios domiciliários e a inacessibilidade das pessoas com de-

ficiência sensorial às informações sobre a pandemia criaram situações dramáticas no âmbito da saúde. Situações que nos foram sendo transmitidas pelos muitos sócios que procuraram o apoio da APD, como é o caso da jovem Ana Cláudia que nos reporta o drama das pessoas confinadas em lares. Em final de mandato, Ana Sezudo faz um balanço em que denuncia a banalização do tema da inclusão e o quão longe se está de cumprir a Convenção dos Direitos Humanos das pessoas com deficiência. Esta perspetiva é corroborada por estudos apresentados no Colóquio Internacional sobre Deficiência e Vida Independente e por muitas das comunicações ao 26.º Encontro Nacional de Pessoas com Deficiência, realizado na Figueira da Foz. O lema do 26.º Encontro, **Nem um**

passo atrás nos direitos das pessoas com deficiência, simboliza as preocupações das pessoas com deficiências e das associações que as representam face ao esquecimento de que têm sido alvo por parte da comunicação social e dos altos responsáveis pela saúde pública desde que foi decretado o primeiro confinamento. Seguramente esse esquecimento decorre do desconhecimento dos problemas com que se debatem as pessoas com deficiência, desconhecimento patente no modo desconexo com que, no Orçamento do Estado, estão apresentados os investimentos públicos em domínios cruciais para a inclusão, com destaque para as acessibilidades, a saúde e a educação. Ciente das dificuldades, a APD elaborou um parecer sobre a proposta de Orçamento

do Estado que enviou a todos os Grupos Parlamentares, onde são justificadamente apresentadas 35 propostas que englobam a acessibilidade, os produtos de apoio, a educação desde o pré-escolar, o ensino universitário, o emprego, a saúde, a habitação e as prestações sociais, incluindo ainda uma proposta de atribuição da reforma antecipada aos trabalhadores com deficiência. O ano 2020 ceifou a vida de muitos entes queridos e personalidades públicas. Entre elas, destaca-se Diego Maradona porque, tendo atingido a glória, nunca se esqueceu de ajudar os pobres e oprimidos, as crianças com deficiência, procurando ajudá-las a serem felizes, como o pequeno Ali que, sem pernas desde o nascimento, pôde cumprir o sonho de jogar futebol com o seu herói.

Solidariedade
com a Casa do Alentejo.

p.2

Balanço de mandato
por Ana Sezudo.

p.3

Encontro Nacional
de Pessoas
com Deficiência.

centrais

Propostas e
reivindicações da APD
para o OE 2021.

p.7



Comunicado – Covid-19, Ensaio para a Ditadura Solidariedade com a «Casa do Alentejo»

A DDE/APD manifesta total solidariedade com «Casa do Alentejo», espaço singular de preservação da «alentejanidade», na dimensão social, cultural, repositório do património identitário do Alentejo.

A Covid-19 é um «ensaio para a ditadura»: espalhando o medo, fazendo propaganda, semeando a pobreza, o desemprego, difundindo o «pânico coletivo», o governo experimenta sistemas de repressão futura que julgávamos afastados para sempre. Que consequências (custos económicos) implica «esta aventura antidemocrática?»

Combate-se o vírus com terapêutica baseada na ciência: reforçando o Serviço Nacional de Saúde; requisitando todos os recursos disponíveis, incluindo os instrumentos do negócio da saúde; fazendo persuasão; erradicando a intimidação; suprimindo a repressão. Sem solução, repressão! Sem ciência, negligência!... Os alentejanos, vítimas de impunes violações - dos direitos humanos (direito à saúde) - não se deixarão enganar pela «armada da propaganda do Governo» que veio a Évora, nesta conjuntura, ocultar promessa não cumprida há 30 anos. Tudo retrocedeu: degradaram-se as políticas sociais inclusivas; as pessoas com deficiência foram esquecidas da Educação à Saúde; é intolerável a hipocrisia: «a fome mata, matou, matará mais que a pandemia»; a morte de milhões com fome importa aos poderosos? que faz o grande capital para mitigar a fome? Falta conhecimento, sobeja intimidação!

A comunicação social é «cão de guarda» desta mistificação; pontifica a mediocridade, predomina a intimidação, serve o negócio...

A pandemia enriqueceu os bilionários, será génese de 200 milhões de pobres; quantos morrerão de fome? É indecente a propaganda; alegremente, ministra, secretário de Estado anunciam mortes por Covid-19; quais são as provas laboratoriais, como recomendou a OMS? A banalização do estado de emergência é perigo para democracia, porque o Presidente da República parece afastado de tal preocupação; igualmente, parece desinteressado pelos direitos humanos, quando se elege em prosélito do negócio da saúde.

As últimas medidas governamentais não servem os portugueses: acrescentarão desemprego, pobreza, agravarão a desastrosa situação social dos trabalhadores da hotelaria/restauração, cultura, entre outros; prejudicarão inúmeras organizações sociais.

A DDE/APD realça a Casa do Alentejo, sucessivamente discriminada, agora atingida pelas terríveis consequências de inqualificáveis restrições.

A defesa da identidade alentejana, da sua cultura, do seu património cultural, promovida pela «nossa casa», convoca os alentejanos: ao protesto; à reclamação; à luta, à censura ativa desta política favorável ao negócio; à participação em todas as ações de luta, destinadas: a garantir a defesa dos direitos dos trabalhadores; a resistência do universo social; a subsistência da «Casa do Alentejo», «baluarte da identidade alentejana», casa de solidariedade, espaço da genuína cultura portuguesa.

Perder a «Casa do Alentejo» equipara-se à destruição de grande parcela da cultura, da identidade, da integração social, do património alentejano.

A DDE/APD apela à solidariedade das autarquias locais alentejanas; recorda o trabalho importantíssimo realizado na elevação do Cante Alentejano a «Património Cultural, Imaterial da Humanidade», - cujo 6º aniversário celebrámos a 27 de novembro - passo importante no desenvolvimento turístico, cultural do Alentejo; lugar de convívio da larga comunidade alentejana, na diáspora na região de Lisboa.

A DDE/APD encontrou na «Casa do Alentejo»: aliança, ajuda, solidariedade no árduo combate pela inclusão, através de múltiplas participações em iniciativas pedagógicas, divulgando: Os direitos humanos das pessoas com deficiência; O ideal includente.

Alentejanos, acordemos, basta de apatia! À rua, à rua, porque, como sempre, o Alentejo é vítima de políticas de governos anti alentejanos, apesar de descaradas atoardas de propaganda, vide Évora a 09/11/2020.

A Covid-19 trata-se com «terapias democráticas»!

Torna-se catastrófico com processos antagónicos às liberdades, à democracia, aos direitos humanos, como sucedeu às pessoas com deficiência...

Rejeitar a repressão, reclamar liberdades democráticas!

Proclamar a inclusão, reabilitar a cultura!

DDE/APD - O porta voz, Joaquim Cardoso

Adeus a Maradona

O ano 2020 ceifou a vida de muitos entes queridos e personalidades públicas. Entre elas, destaca-se Diego Maradona porque, tendo atingido a glória, nunca se esqueceu de ajudar os pobres e oprimidos, as crianças com deficiência, procurando ajudá-las a serem felizes, como o pequeno Ali que, sem pernas desde o nascimento, pôde cumprir o sonho de jogar futebol com o seu herói.



NOTÍCIAS

Medidas de contenção na APD Porto

Face às regras impostas pela Covid-19, a Delegação Distrital do Porto teve que implementar medidas na forma de funcionamento das atividades, ou seja, a participação em reuniões institucionais passaram a ser realizadas online, a frequência dos utentes do Centro de Atividades é feita em alternância de grupos e o Centro de Atendimento funciona no mesmo horário mas apela-se que os contactos não sejam feitos presencialmente mas sim através dos meios alternativos (caso haja a necessidade de serem presenciais, devem ser sempre antecedidos por uma marcação):

Contactos:

APD Porto: Tlf.: 225 107 036
Tlm.: 935 807 679 / apd.porto@gmail.com
APD Gaia: Tlf.: 223 711 483
Tlm.: 935 807 687 / apdgaia@gmail.com

A APD Porto, recebeu donativos de EPI's de:

- Junta de Freguesia Campanha: 50 máscaras cirúrgicas, 20 viseiras;
- Câmara Municipal do Porto: 20 máscaras (reutilizáveis);
- Instituto da Segurança Social do Porto: Gel desinfetante, máscaras FFP2 e cirúrgicas;
- OASIPOR - Medicalwear: Doação por intermédio da CM do Porto de cerca de 1500 máscaras cirúrgicas;
- Apoio da CM do Porto com 755€, para ajuda nas despesas de água e luz.



Balanço de mandato por Ana Sezudo

Estamos a chegar ao fim do mandato da presente Direção Nacional da APD. Para Ana Sezudo o seu segundo mandato como Presidente. Por isso, o Associação pediu-lhe um testemunho, a opinião sobre os acontecimentos mais marcantes do mandato.

Ana Sezudo (AZ) - O meu primeiro mandato foi muito difícil, ficou marcado pelas políticas de austeridade da Troika. Houve um grande retrocesso nos direitos sociais que teve um impacto muito negativo na vida das pessoas com deficiência e as negociações com o Governo tornaram-se muito complicadas. Não havia diálogo, as Associações foram ostracizadas.

O segundo mandato inicia-se num ambiente de grande expectativa. A intervenção da Troika acabara e o novo Governo, resultante das eleições de 4 de outubro de 2015, era promotor de uma mudança para melhor, anunciada pela criação da Secretaria de Estado para a Deficiência. Criaram-se grandes expectativas, porventura excessivas face aos resultados obtidos.

De uma maneira geral, a melhoria das condições de vida da população beneficiou, também, as pessoas com deficiência. Mas as políticas específicas para a área da deficiência deixaram muito a desejar. O facto de termos como interlocutores governamentais pessoas que entendiam a nossa linguagem e que tinham estado ao nosso lado na resistência à austeridade, levou-nos a ter excessivas expectativas face às limitações de autonomia da Secretaria de Estado. No entanto, a criação da Prestação Social de Inclusão (PSI) e o anúncio do lançamento de um Modelo de Apoio à Vida Independente (MAVI) reforçaram as nossas esperanças, tanto mais que a APD se vinha batendo por esse tipo de medidas há vários anos.

A PSI foi sem dúvida uma medida muito positiva porque não se limita a ser uma prestação social. É, também, um outro olhar sobre a deficiência. É o reconhecimento de que as múltiplas barreiras que as pessoas com deficiência enfrentam no dia-a-dia devem ser compensadas. Depois, num país de baixos salários, o facto da prestação de base da PSI ser atribuída independentemente dos rendimentos do trabalho e outros é igualmente positivo. Contudo, a APD critica o valor demasiado baixo da prestação e outros aspetos que devem ser melhorados, como a obrigação

da declaração da incapacidade ter ocorrido antes dos 55 anos.

Quanto ao projeto de vida independente foi uma decepção. O projeto piloto foi muito insuficiente, poucas pessoas abrangidas, processo muito burocrático; a utilização de intermediários para o recrutamento e o pagamento dos assistentes pessoais perverte um princípio fundamental da vida independente; isso e a limitação de horários para o período de assistência levam a que o MAVI seja apenas um modelo melhorado de serviços de apoio pessoal. Temos também a preocupação de saber como vai o MAVI continuar a ser financiado quando cessar o financiamento dos Fundos Europeus.

Mas o pior, o embate final deste mandato, tem sido a Covid-19. Primeiro, o confinamento tem sido uma experiência muito difícil. Embora saibamos que muitas pessoas com deficiência vivem permanentemente em confinamento, por questões de inacessibilidade, a Covid-19 trouxe também o medo, e o medo levou as pessoas a fecharem-se, tornaram-se incomunicáveis. Esta situação lançou um grande desafio às Associações. Como fazer para chegarmos às pessoas? Como saber como estavam a ser afetadas? Como informar? Como alertar?

A pandemia veio pôr em destaque os problemas que a APD já vinha denunciando, veio mostrar a que ponto o SNS estava fragilizado, veio demonstrar a gravidade da inacessibilidade comunicacional, a falta de meios para o desporto adaptado. No meio de tudo isto, a situação mais dramática é a dos lares, das pessoas com deficiência fechadas em lares e das quais apenas nos chegam ecos.

Associação – E sobre o futuro? Quais as tuas perspetivas?

AZ – Nos tempos que correm as minhas perspetivas estão necessariamente influenciadas pela preocupação com as consequências da pandemia. Temos grandes desafios pela frente a que só se poderá dar resposta se o movimento associativo estiver coeso e forte. Para isso, **as Associações têm de encontrar novas formas e formatos** para se relacionarem com os sócios e dar voz às pessoas com deficiência, das que já estavam confinadas em casa, por falta de acessibilidades ou por outras carências, e das que passaram

EDITORIAL

A crise que nos consome

Vivemos em situação de crise ou de ameaça de crise, há mais de uma década, pelo menos desde 2008; desde quando a falência fraudulenta do Lehman Brothers, gigante financeiro dos EUA, arrasou para a falência uma série de outras instituições financeiras, um pouco por todo o Mundo. Na União Europeia chegou a temer-se o colapso do sistema financeiro. Em Portugal, o primeiro a ser atingido foi o BPN que já custou aos contribuintes portugueses 5000 milhões de euros; um valor obscuro, sobretudo se usarmos como termo de comparação o custo da atribuição de produtos de apoio a pessoas com deficiência: cerca de 180 milhões de euros, durante o mesmo período de tempo, ou seja, os últimos 10 anos!

Ao BPN seguiram-se as falências do BPP, ainda em 2008, a do BANIF em 2012 e a do BES em 2014. Todas elas foram provocadas por falcaturas que a gíria tecnocrata esconde sob a designação de engenharia financeira e que consistiu basicamente na combinação de três práticas a saber: a concessão de múltiplos e elevados empréstimos a entidades que dificilmente poderiam reembolsá-los (o chamado crédito mal parado); o recurso a linhas de crédito a descoberto (isto é, que não estão sustentadas em dinheiro efetivo ou facilmente realizável); a venda dos riscos decorrentes dessas operações a terceiros, muitas vezes de forma encapotada em lotes de produtos financeiros vendidos a investidores incautos que acabam arrastados para a falência, como aconteceu com os milhares de emigrantes portugueses lesados pelo BES.

As falências bancárias arrastaram o país para a crise da dívida soberana a partir do momento em que as dívidas privadas, sobretudo bancárias, foram incorporadas na dívida pública. Simultaneamente, disparavam as taxas de juro sobre os empréstimos externos concedidos a Portugal, fazendo aumentar as expectativas de incumprimento. Portugal entrou, assim, num clima de tempestade perfeita em que o aumento das taxas de juro pela expectativa de incumprimento aumentava o risco de incumprimento, alavancando nova subida das taxas de juro. Foi neste contexto que o Governo português se viu obrigado a solicitar o resgate financeiro à Troika, no dia 7 de abril de 2011.

A Troika, constituída pela Comissão Europeia, o Banco Central Europeu (BCE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), sujeitou a ajuda financeira à aplicação de um Programa de Políticas Económicas e Financeiras que fizeram mergulhar o país numa nova crise – a crise de austeridade.

A crise de austeridade, que se saldou pelo aumento da pobreza, das discriminações e pela perda de direitos sociais, foi particularmente dura para as pessoas com deficiência e as associações que as representam. Os cortes na despesa pública fizeram-se sentir de forma cruel na atribuição de produtos de apoio e limitaram o acesso à reabilitação e à formação profissional, ao mesmo tempo que aumentava o desemprego e as famílias eram também penalizadas por cortes nas ajudas sociais. O acesso à saúde foi gravemente penalizado sob as mais diversas formas, como o aumento das taxas moderadoras, do custo do Atestado Multiusos, do transporte para tratamentos, das listas de espera, da redução das comparticipações em medicamentos. Na educação, as principais vítimas foram as crianças com necessidades educativas especiais, muitas delas tendo ficado com o futuro gravemente comprometido.

Com a solução governativa possibilitada pelo resultado eleitoral de 2015 e a partida da Troika iniciou-se uma política tendente à retoma económica pela recuperação dos rendimentos das famílias, associada à reposição de direitos sociais; 2015/19 foi um período de renovada esperança, embora persistissem gravíssimas carências na oferta de serviços públicos, em quantidade e qualidade, especialmente na Saúde, Educação e Transportes Públicos. Carências que se tomaram dramáticas com a eclosão da Covid-19. Com a Covid-19 voltámos à crise, uma crise pandémica que, num contexto político de priorização do setor financeiro sobre a justiça social, nos está a conduzir para uma gravíssima crise social. As propostas de despesa funcional para o Orçamento Geral do Estado (OGE 21) confirmam-no: Serviço da Dívida 44%; Saúde 11%; Educação 5%; Proteção Social 5%. Continuamos, portanto, a ser consumidos pelas falcaturas dos banqueiros...

Helena Rato

a estar por causa da Covid-19. É, também, preciso que as Associações reforcem o diálogo entre si e se articulem para serem ouvidas pelas entidades públicas na defesa dos direitos das pessoas com deficiência.

Está na hora de voltar a pôr em cima da mesa a Convenção dos Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência. Há uma banalização do tema da inclusão que não tem correspondência na vida real. Para se levar à prática a inclusão, tem de se olhar para a problemática da deficiência nas suas múltiplas

facetas. A política para a inclusão das pessoas com deficiência não pode ficar adstrita ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade. Tem de ser levada a cabo por uma política transversal. Por exemplo, a resolução da questão da acessibilidade é transversal aos ministérios que se ocupam da Segurança Social, Saúde, Educação, Transportes, Urbanismo, Habitação, Comunicação Social, Ambiente, Gestão do Território, Finanças, etc. **A construção de uma sociedade inclusiva não se consegue com medidas pontuais.**

CENTRAIS

Encontro Nacional de Pessoas com Deficiência

Nem um passo atrás nos direitos



A 17 de outubro, a CNOD realizou o 26.º Encontro Nacional de Pessoas com Deficiência. Sob o lema "Nem um passo atrás nos direitos das Pessoas com Deficiência", este Encontro foi organizado em parceria com o Município da Figueira da Foz que o incluiu na Semana da Igualdade 2020. Respeitando as orientações da DGS, no Auditório da Escola Secundária Dr. Joaquim de Carvalho, estiveram presentes 100 representantes de Organizações de Pessoas com Deficiência provenientes de todo o país. A APD esteve representada por cinco membros da Direção Nacional e pelas Delegações da Amadora, Braga, Paredes, Porto e Setúbal. Na abertura, a mesa do Encontro foi integrada pelo Presidente da CNOD, José Reis, pelo Presidente do INR, Humberto Santos, e pela Vereadora da Câmara Municipal da Figueira da Foz, Diana Rodrigues. No Encontro estiveram também deputados do PCP, PAN, PS e PEV, tendo usado da palavra as deputadas Diana Ferreira do PCP e Raquel Ferreira do PS. No final do Encontro foram apresentadas as Conclusões onde se elencam as medidas prioritárias a serem tomadas, com urgência, para se poder progredir em direção à Inclusão Plena das pessoas com deficiência, a saber: **Gratuidade do Atestado Multiusos; Ca-**

bimentação de Verba para a plena Aplicação da Vida Independente; Aumento da Abrangência e do Valor da PSI; Medidas efetivas para a Criação de Empregos para as pessoas com deficiência.

Estas conclusões serão enviadas ao Governo e aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República.

17 de outubro Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza

Extratos da Moção apresentada por Fernando Maurício, Vogal da Direção Nacional da APD:

"As políticas de combate à pobreza ignoram, quase sempre, a situação específica das pessoas com deficiência. Um agregado familiar que integre uma pessoa com deficiência tem custos acrescidos: por um lado, os que decorrem da própria deficiência (próteses, ortóteses, medicamentos, etc.) e por outro, os que decorrem da assistência de terceira pessoa, uma vez que as barreiras existentes impedem a autonomia. Se esta pessoa se encontra desempregada e sem recurso a qualquer tipo de prestação social, o risco

de este agregado estar colocado no limiar da pobreza ou abaixo do limiar da pobreza, aumenta consideravelmente".

Assim, e porque 17 de outubro é o Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza, os participantes no 26.º Encontro Nacional das Pessoas com Deficiência aprovaram por unanimidade e aclamação uma Moção onde se afirma:

1. *Que o tempo passa e que, por ocasião de efemérides como a que hoje assinalamos, somos confrontados com problemas que persistem e para os quais temos de olhar com maior ambição. O combate à pobreza e a correção das desigualdades sociais são duas prioridades que exigem determinação e responsabilidade coletiva.*

2. *Que é urgente combater a pobreza como um fenómeno global, de múltiplas causas, através de uma abordagem transversal, com uma estratégia que responsabilize, em primeiro lugar, os governos de cada país, mas também outras instâncias internacionais.*

3. *Que as pessoas com deficiência, fazendo parte dos grupos mais desfavorecidos da sociedade, devem merecer uma particular*

atenção, apoio e solidariedade neste urgente e nobre combate.

4. *Que nos esforços para o combate e erradicação da pobreza, as organizações das pessoas com deficiência sejam parte ativa na definição e implementação das políticas e medidas concretas que visem alcançar este objetivo.*

5. *Que, no nosso país, as nossas organizações tudo farão para garantir o êxito deste combate que é também um decisivo contributo para a construção de um Portugal mais coeso, mais justo e mais solidário.*

Covid-19 e deficiência

Extratos da intervenção de Ana Sezudo, Presidente da APD:

"Diz-se que o vírus da Covid-19 é democrático porque ataca de igual modo ricos e pobres. O vírus até pode ser, mas as condições que propiciam a sua transmissão são tudo menos democráticas. A pobreza favorece uma maior transmissão deste vírus e as doenças a ela associadas aumentam a mortalidade. A falta de condições de habitabilidade, de higiene e a impossibilidade de adquirir materiais de proteção e de higienização,

das pessoas com deficiência

zação são alguns dos fatores que conduzem à maior transmissibilidade da Covid-19.

A Organização Mundial de Saúde alerta para as condições gerais que podem aumentar o risco das pessoas com deficiência contraírem a Covid-19: condições de saúde..., falta de integração da deficiência na conceção e implementação de medidas de proteção, menor facilidade em garantir as condições de higiene como lavar as mãos com frequência, maior dificuldade em aceder aos serviços de saúde, inacessibilidade à informação dos serviços de saúde veiculada quer nas páginas web quer através dos meios de comunicação social.

A OMS refere, também, a institucionalização como um fator de risco de contaminação pela Covid-19. De facto, a partilha de espaços com outras pessoas como os quartos, salas de refeições e salas de estar facilitam esta contaminação, ainda mais quando estes espaços estão sobrelotados como acontece na maior parte das instituições, mesmo as que estão legalizadas. A crescer a estas condições há ainda a partilha dos funcionários que dão apoio nas atividades de vida diária e que têm a seu cargo um número exagerado de pessoas e não dispõem de tempo nem de espaço para os atender em condições de higiene e segurança. E para agravar ainda mais a situação a maior parte das pessoas que estão

institucionalizadas são pessoas idosas com condições de morbilidade superiores às dos restantes cidadãos ou pessoas com deficiência intelectual com dificuldade em entender a necessidade de cumprir as regras de higiene e de distanciamento social. E assim, estão criadas as condições para que a doença se propague e os afete de forma agravada. No entender da APD, a **pandemia veio demonstrar a premente necessidade de o movimento das pessoas com deficiência colocar no topo da discussão política a filosofia de vida independente**. Não nos moldes do MAVI – Modelo de Apoio à Vida Independente – mas dando ênfase à urgência de criar as condições essenciais para que as pessoas com deficiência possam viver em igualdade de circunstâncias com os seus concidadãos, incluindo a criação de uma rede de serviços de assistentes pessoais, escolhidos e pagos pelos próprios para que em cada passo da vida diária seja a pessoa com deficiência a decidir o que quer e como quer. A **Aliança Internacional da Deficiência** mostra-se particularmente preocupada com o facto de o aumento crescente do número de casos de pessoas infetadas por Covid-19, ao acrescentar pressão adicional nos sistemas de saúde, possa resultar na redução ou indisponibilidade dos serviços e medicamentos e conseqüente aumento da taxa de morbilidade e mortalidade."

Produtos de Apoio Do escândalo das listas de espera à necessidade de orçamentação transparente

Extratos da intervenção de Helena Rato, Vogal da Direção Nacional da APD:

"A atribuição de produtos de apoio a pessoas com deficiência ou com incapacidade temporária, de forma gratuita e universal, é um direito consignado pela legislação portuguesa com o objetivo de promover a inclusão dessas pessoas na sociedade sem que possam ser discriminadas por falta de dinheiro ou classe social.

Contudo, 11 anos depois da sua criação, o SAPA (Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio) continua a não cumprir o seu papel, fundamentalmente, porque o tempo decorrido entre a prescrição do produto e a atribuição de financiamento é excessivo. Questiona-se: Porquê estes atrasos? Porquê este escândalo? A resposta é simples: porque o Estado não atribui ao SAPA o financiamento necessário. Começa por não haver uma verba prevista no OGE para esse financiamento; este fica dissimulado nos orçamentos das entidades financiadoras, a saber, Ministério da Saúde (ACSS), IEF, DGE (Direção Geral da Educação) e ISS que, no entanto, só conhecem os montantes disponíveis através de um Despacho conjunto das respetivas tutelas: Ministros da Saúde, Educação, Trabalho, Segurança Social e Solidariedade. Ora, acontece que a prática dessas tutelas tem sido de efetuar o Despacho para cada ano corrente só quase no final desse ano, em dezembro, geralmente perto do Natal. Entretanto, para fazer face a este vazio, as entidades financiadoras procuram gerir a incerteza estabelecendo critérios de acesso e priorização na atribuição dos produtos de apoio, que contrariam o disposto na Lei."

Acesso ao desporto As desigualdades começam logo na Escola

Extratos da intervenção de Bruno Lopes, Vogal da Direção Nacional da APD:

"O acesso ao desporto, e no caso específico ao desporto adaptado, tem de ser assegurado de igual forma para todos! É um direito que a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência consagra. O facto é que não é.

As desigualdades começam logo na escola. A disciplina de educação física não contempla o ensino de "desporto adaptado", que deveria ser integrado no plano curricular da disciplina. Por outro lado, o desporto escolar também não integra o desporto adaptado e, ao contrário do que devia acontecer, não é financiado pelo IPDJ (Instituto Português do Desporto e da Juventude) mas sim por verbas de jogos da SCML (Santa Casa da Misericórdia de Lisboa), o que na nossa opinião está completamente errado.

O financiamento e apoio ao desporto adaptado é da responsabilidade do Governo e do IPDJ. Deve ser contemplado e orçamentado em sede do Orçamento do Estado.

É fundamental para o desenvolvimento desportivo em Portugal construir mais e melhores instalações desportivas e adaptar as existentes, dando cumprimento à legislação em vigor.

Com esta pandemia existem muito menos atletas com deficiência a praticar desporto... Portugal continua a não ter condições desportivas para TODOS... **2021 é ano de Jogos Olímpicos e Paralímpicos, esperemos que com as medalhas dos nossos atletas, os nossos governantes percebam que NÓS merecemos muito mais e melhor."**

Conclusões

Foi um encontro muito rico e daqui saímos com mais encargos reivindicativos.

Numa altura em que se discute o OE 2021, a CNOD fará chegar ao Governo e aos grupos parlamentares as exigências que o Movimento Associativo das Pessoas com Deficiência gostaria de ver contempladas, que foram apresentadas no nosso congresso em 2019, e que foram aqui reiteradas hoje:

- É urgente a gratuidade do atestado multituos!
- É urgente a cabimentação de verba para a plena aplicação da vida independente!
- É urgente o aumento do valor da PSI e da sua abrangência!
- São urgentes medidas efectivas para a criação de Emprego das Pessoas com Deficiência!
- É urgente a inclusão plena dos cidadãos com Deficiência!



Intervenção de Encerramento de José Reis

26.º Encontro Nacional de Pessoas com Deficiência

Caras Amigas e Amigos Participantes,
prezadas Convidadas e Convidados

Cabe-me encerrar este Encontro e não queria fazê-lo sem deixar umas palavras breves, considerando que este Encontro se realizou numa situação atípica de restrições e condicionamentos derivados da Covid-19. Como consequência o limite de lotação imposto foi de 100 participantes, que vieram de todo o país.

Mais uma vez as pessoas com deficiência e suas organizações compareceram, cumprindo todas as regras da DGS. Saímos deste Encontro com a garantia de que todos aqui presentes irão transmitir as conclusões aqui aprovadas com todo o empenho e entusiasmo, para prosseguirmos a luta que desde sempre temos travado pela inclusão e justiça social. Muito obrigado a todos!

Viva o 26.º Encontro Nacional de Pessoas com Deficiência!
Viva a CNOD!



CONVOCATÓRIAS

Ao abrigo do n.º 3 do Artigo 19.º e para efeitos das competências definidas na alínea g) do Artigo 18.º dos Estatutos da Associação Portuguesa de Deficientes convoco a Assembleia Geral Ordinária, para o **dia 19 de dezembro, pelas 13h00, na Sede Nacional, sita no Largo do Rato, 1 B – 1250-185 Lisboa**, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto 1. “Apreciar, discutir, aprovar e deliberar os Planos de Atividades e Orçamentos das delegações de Braga; Castelo Branco; Chaves; Figueira da Foz; Leiria; Paredes e Setúbal e o Plano de Atividades e Orçamento Nacional para 2021.”

Ponto 2. Informações.

Lisboa, 27 de novembro de 2020

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Pedro de Almeida Rodrigues Grilo

Notas

1. Os associados poderão participar na Assembleia Geral por videoconferência cujo endereço será colocado na página da APD www.apd.org.pt. A inscrição prévia é obrigatória.

2. No caso da participação presencial serão cumpridas as regras definidas pela lei ou pelas Autoridades de Saúde, em vigor na data da realização da assembleia geral, sendo designadamente obrigatório o uso de máscara e o distanciamento social.

3. Será medida a temperatura corporal à entrada das instalações onde vai realizar-se a assembleia geral, sendo igualmente disponibilizada no mesmo local solução à base de álcool, de utilização obrigatória.

4. Tendo em vista as regras de distanciamento social a cumprir, no interior das instalações onde vai realizar-se a assembleia geral, e para a mais eficaz organização da ocupação do respetivo espaço, devem os associados que pretendam participar informar os serviços da Sede nacional até ao dia 15 de dezembro

Ao abrigo da alínea c) do Artigo 39.º e dando cumprimento ao estabelecido na alínea m) do Artigo 48.º dos Estatutos da Associação Portuguesa de Deficientes convoco:

- A **Assembleia Local da Amadora**, para o dia 19 de dezembro, pelas 9h30, na Sede da Delegação, sita na Praceta Bento Moura de Portugal – 2700-109 Amadora;

- A **Assembleia Local de Amarante**, para o dia 19 de dezembro, pelas 9h30, na Sede da Delegação, sita na R. do Salto, 135 – São Gonçalo – 4600-281 Amarante;

- A **Assembleia Local de Cascais**, para o dia 19 de dezembro, pelas 9h00, na Sede da Delegação, sita na R. D. Luis da Cunha – Pai do Vento – 2755-283 Alcabideche,

- A **Assembleia Distrital de Évora** para o dia 18 de dezembro, pelas 17h00, na Sede da Delegação, sita na Praça da Liberdade, 1 – 7150 Borba;

- A **Assembleia Local da Região Autónoma da Madeira**, para o dia 19 de dezembro, pelas 10h00, na Sede da Delegação, sita na Urb. Ribeira Grande - R. Antero de Quental, Bl. 10 – Loja 11 – Santo António – 9000-127 Funchal;

- A **Assembleia Distrital do Porto**, para o dia 19 de dezembro, pelas 9h00, na Sede da Delegação, sita na R. Cerco do Porto – Edifício 33, nº 1057 – 4300-122 Porto;

- A **Assembleia Local de São Miguel**, para o dia 19 de dezembro, pelas 10h00, na Sede da Delegação, sita na R. Bento José Morais, 3 – 9500-772 Ponta Delgada;

- A **Assembleia Local de Sintra**, para o dia 19 de dezembro, pelas 10h00, na Sede da Delegação, sita na R. Mirita Casimiro, 5 – 2725-276 Mem Martins;

Com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto 1. Discussão e Aprovação do Plano de Atividades para 2021;

Ponto 2. Discussão e Aprovação do Orçamento para 2021;

Ponto 3. Informações

Lisboa, 30 de novembro de 2020

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Pedro de Almeida Rodrigues Grilo

Nota Se à hora marcada não estiver presente o número suficiente de associados para o seu funcionamento, a Assembleia terá início uma hora depois, qualquer que seja o número de sócios presentes.



Nós somos a Ana e a Marisa. Eu (Ana) tenho paralisia cerebral, uma deficiência comum adquirida na altura do parto. Sempre andei numa escola normal. Em junho de 2015 terminei a minha licenciatura em Gestão de Recursos Humanos.

Até 2016 sempre vivi com a minha família. Mas chegou 2016 e tive de mudar.

Houve vários acontecimentos na minha vida que me fizeram pensar e tomar tal decisão; pesou ainda mais o facto de querer ser mais independente e autónoma, o que não era possível dentro da minha casa derivado às barreiras aí existentes.

Aconteceu o mesmo com a Marisa. A Marisa também sempre viveu com família dela. Nasceu com Artrogribose Múltipla Congénita, causada por um vírus que a sua mãe apanhou durante a gravidez. Fez a escolaridade dela até ao 12.º ano e formou-se como Técnica Administrativa. E tal como eu quis ser independente e autónoma.

Por isso, em 2016, vim viver para um Lar para pessoas com deficiência em Benfica e a Marisa foi para outro em Odivelas, em 2014. Estamos onde estamos por opção própria ou porque o nosso País assim nos obrigou não nos dando muitas alternativas, ainda não analisamos bem essa questão.

Até ao dia 13 de março de 2020 estávamos convictas de que esta teria sido a nossa melhor decisão, mas apareceu um vírus, o Coronavírus, que nos veio mostrar que se calhar não...

Desde o dia 13 de março a nossa vida parou, literalmente! Cumprimos, como toda gente as ordens recomendadas pela Direção Geral da Saúde-DGS: primeiro, o estado de emergência, quando fomos todos para casa. De seguida o estado de calamidade, depois o de contingência e ainda cá estamos, há 7 meses que cá estamos...

E achamos injusto! Somos comparados a idosos, sem o sermos. Somos considerados grupos de risco sem o sermos, porque a única deficiência que muitos de nós tem é motora. Estamos aqui, fechados, apenas porque vivemos num lar, o sítio que escolhemos para viver, o sítio onde pensaríamos que iam lutar por nós, mas não. Fecharam-nos! Têm excesso de proteção por causa de um vírus **mas esqueceram-se da nossa sanidade mental que é tão ou mais difícil de tratar do que um vírus...** Vemos o mundo lá fora a correr e nós estamos aqui, fechados. Proibiram-nos de lutar pelos nossos objetivos. **Pararam-nos os sonhos.** Há 7 meses que não estamos com a nossa família e amigos. Eu (Ana) ainda fui a casa algum tempo, porque tinha condições para ir, mas

não saí de lá, com medo, porque nos puseram medo, não só a mim como a todos.

A Marisa não foi, não tem condições para ir... A DGS não nos proibiu de sair, mas proíbe-nos de voltar sem um teste feito. E mesmo que o teste dê negativo temos de ficar 14 dias isolados. Ainda mais isolados.

É frustrante. É revoltante. Somos discriminados uma vida inteira. O mundo corre lá fora, uns a cumprirem as normas de segurança e nós, que também as conseguíamos cumprir, melhor que outros, estamos aqui, sem viver, a ver os dias passar...

Eu (Ana) estou inserida num Centro de Atividades Ocupacionais, ao qual não tenho ido desde o dia 13 de março e ao qual não irei mais este ano, porque assim o quiseram, sem me questionarem sequer.

Fazia desporto, fisioterapia e deixei isso tudo no dia 13 de março. O último despacho emitido pela DGS e pelo Governo foi posto online em junho já estamos em outubro...

Sabemos que a Covid-19 é perigosa. Sabemos que a Covid-19 pode matar. Mas também pode não acontecer...

Meus caros, a depressão também mata. Mata lentamente. Mata sem outros ao nosso redor darem por isso. E por vezes, também leva à morte...

Muitos de nós, apenas deficientes motores, somos donos da nossa própria vida. Tomamos as nossas decisões e temos uma vida lá fora. Sabemos que temos colegas frágeis, mas nem todos o são e estamos a ficar...

Estamos há meses aos gritos e ninguém nos ouve.

Só queríamos fazer uma pergunta: “E SE FOSSE CONVOSCO OU COM UM DOS VOSSOS FAMILIARES?”. Há idosos no fim da linha, privados também eles de estarem com os seus entes queridos, que são responsáveis e que estão a morrer por dentro, de solidão...

O inverno está à porta, assim como o Natal, como pensam fazer? Vamos ficar à chuva e ao frio a ver quem amamos? Vão-nos proibir de ir a casa no Natal enquanto o resto do mundo o vai festejar? O que vai acontecer? A Covid-19 não vai acabar até ao fim do ano, ainda é cedo para haver uma vacina, até quando nos querem manter aqui fechados?

Desculpem a nossa revolta. Desculpem a dureza nas palavras, mas nós só queremos viver. Nós não escolhemos viver com uma deficiência. E nós só vivemos num lar porque escolhemos ser livres.

Esqueceram-se de nós?

Depoimento de Ana, 30 anos, e de Marisa, 36 anos, ao Encontro Nacional de Pessoas com Deficiência

ANÚNCIO

Pretende-se carro/carrinha automático(a) com entrada direta para condução em cadeira de rodas elétrica.

Terá de estar já adaptada para possibilitar ao condutor guiar sentado na cadeira elétrica.

Contactar através do telemóvel 965 430 143



Programa Comunitário DECIDE Universidade de Coimbra discute Vida Independente

O Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, no âmbito do Programa Comunitário DECIDE, realizou online um Colóquio Internacional sobre Deficiência e Vida Independente em Portugal: Desafios e Potencialidades, nos passados dias 18 e 19 de novembro.

O Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, no âmbito do Programa Comunitário DECIDE, realizou online um Colóquio Internacional sobre Deficiência e Vida Independente em Portugal: Desafios e Potencialidades, nos passados dias 18 e 19 de novembro.

Helena Rato, Vogal da Direção Nacional da APD, moderou o Painel 1 sobre Condições de vida das pessoas com deficiência em Portugal: principais conclusões. No Painel, que chegou a ter 135 participantes, foram apresentadas as conclusões de dois estudos. O primeiro estudo, da autoria dos investigadores Joana Pimentel Alves (Universidade de Aveiro)

e Adriano Moura (Universidade de Coimbra), focalizou as discriminações sistémicas que, ao condicionarem a capacidade de autodeterminação das pessoas com deficiência, constituem obstáculos à vida independente. Entre as discriminações elencadas destacamos as assimetrias regionais no âmbito das acessibilidades e das condições habitacionais. Os autores concluíram que "no nosso país as pessoas com deficiência continuam a lutar por direitos básicos de cidadania, essenciais à prática da vida independente, e descreem dos mecanismos legais contra a discriminação". O segundo estudo, apresentado pela

coordenadora Paula Campos Pinto (Universidade de Lisboa), focalizou as condições de vida das pessoas com incapacidade cognitiva. As conclusões desse estudo reiteram que "a vida independente exige uma melhoria significativa das condições económico-sociais das famílias, mais e melhor acessibilidade cognitiva aos serviços públicos e à comunicação social, o desenvolvimento de uma escola inclusiva para as crianças e os jovens com incapacidade cognitiva e o acompanhamento dessas pessoas quando acaba o ensino obrigatório, visando a sua inclusão no mercado laboral".

Orçamento do Estado para 2021

Propostas e reivindicações da APD

Todos os anos, no período em que está em discussão o Orçamento do Estado, a APD solicita uma reunião aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República para apresentar propostas que possam melhorar a vida das pessoas com deficiência. Este ano, como tal não foi possível devido à Covid-19, a APD enviou-lhes um documento com críticas e sugestões de melhoria do Orçamento do Estado para 2021.

Nesse documento a APD reclama e propõe que:

- sejam disponibilizados meios financeiros, técnicos e humanos para a resolução dos problemas de acessibilidade física, nas vias e edifícios públicos, e da acessibilidade comunicacional para as pessoas com deficiência auditiva;
- a orçamentação para a atribuição dos produtos de apoio seja transparente e corresponda às reais necessidades das pessoas com deficiência;
- se promova maior diversificação dos incentivos ao emprego das pessoas com deficiência, assim como a reposição de apoios financeiros e técnicos às pessoas com deficiência que pretendam criar pequenas empresas;
- se proceda à contratação de mais profissionais de saúde para as Juntas Médicas de forma a colmatar o tempo de espera excessivo para obtenção do Atestado Médico de Incapacidade Multissusos e se garanta a gratuidade de todos os medicamentos e outros produtos de uso frequente e indispensáveis para a qualidade de vida destes cidadãos, assim como a gratuidade do transporte de pessoas

- com deficiência em deslocação a cuidados de saúde;
- se aumente a participação pública no financiamento de obras em habitações particulares destinadas a melhorar as condições de acessibilidade para as pessoas com deficiência;
- se aumente a base da Prestação Social para a Inclusão até ao montante estimado para o limiar da pobreza, independentemente da idade da pessoa com deficiência e da idade em que lhe foi reconhecida a incapacidade;
- se aumente o montante do Complemento por Dependência e se reponha o 5.º escalão do abono de família;
- se dote a rede nacional de creches e jardins-de-infância dos meios necessários para garantirem uma resposta especializada às necessidades das crianças com deficiência;
- nas escolas, se aumente o número de equipas multidisciplinares especializadas no apoio aos alunos com necessidades educativas especiais;
- haja dotação orçamental adequada ao desenvolvimento do desporto escolar adaptado

- e sua integração no desporto escolar;
- se atribua ao ensino superior os meios para que os estabelecimentos e as residências universitárias sejam acessíveis aos

- estudantes;
- se possibilite o acesso à pensão de reforma antecipada, sem penalização, aos trabalhadores com deficiência.

ZOOM

Saudeonline.pt lança alerta muito preocupante

Há uma página na Internet com esta designação que lança alertas sobre a situação da pandemia Covid-19, em Portugal, e a resposta que lhe está a ser dada pela DGS e SNS. De uma maneira geral, podemos considerar úteis as



notícias veiculadas por essa página informativa. Contudo, no dia 25 de novembro, ficámos negativamente surpreendidos com o alerta lançado pela saudeonline.pt devido ao seu carácter alarmante. Dizia o alerta: Médicos devem dar prioridade a quem pode recuperar vida normal e não à idade. Pergunta-se: Quem é responsável por esta decisão? Quem informa a saudeonline.pt? Qual o significado de vida normal? Que critérios lhe estão subjacentes? A necessidade de priorizar doentes no acesso a cuidados significa que o SNS não tem capacidade de resposta face à situação de pandemia? Sejam quais forem as respostas, o Associação repudia totalmente este tipo de informação acrítica e portadora de princípios eugénicos muito perigosos.


AGENDA

APD Amadora

Natal na delegação

A Direção da Delegação da APD Amadora, na impossibilidade de oferecer um lanche convívio aos associados, deseja assinalar a data no dia 22 de dezembro, com oferta individual de lanche, mediante inscrição prévia na nossa sede, até dia 17 de dezembro.

APD Braga

Apesar da pandemia a Câmara Municipal de Braga recebeu a APD


O presidente da Câmara Municipal de Braga, Ricardo Rio, e a vice-presidente Sameiro Araújo, receberam a Delegação de Braga da Associação Portuguesa de Deficientes no Salão Nobre dos Paços do Concelho. Num momento particularmente sensível para o Desporto, a equipa tetracampeã nacional e detentora da Supertaça e da Taça de Portugal, aproveitou a ocasião para demonstrar a sua preocupação perante o contexto atual, reconhecendo o apoio que o Executivo Municipal tem prestado e à equipa Bracarense.

Ricardo Rio, lembrou que esta equipa “é um exemplo pelo esforço, sacrifício e dedicação que empregam nas competições onde participam e pela forma como, diariamente dão provas de superação, apesar da pandemia. É com este tipo de exemplos que podemos chegar mais longe e atingir os nossos objetivos”, referiu o Autarca.

Por sua vez, Sameiro Araújo salientou que o Município de Braga trabalha diariamente tendo em vista a promoção desportiva, tratando de igual forma todas as instituições do Concelho. “Desde que assumimos funções celebramos um contrato programa com a APD que é absolutamente merecido. Queremos potenciar a prática desportiva amadora e a componente formativa e é com muito gosto que apoiamos este e outros projetos para que as associações e clubes disponham sempre dos meios necessários para continuar a desenvolver um excelente trabalho de integração através do desporto como é o caso da APD”, concluiu.

APD Castelo Branco

Campeonatos Nacionais de Fundo de Ciclismo da UVP

A cidade de Castelo Branco recebeu, no fim-de-semana 10 e 11 de outubro, os Campeonatos Nacionais de Fundo de Ciclismo da UVP - Federação Portuguesa de Ciclismo. A competição contou com a participação de 22 atletas da dimensão paralímpica e surdolímpica com a atribuição de nove títulos de campeão nacional.

APD Leiria

APD Leiria vence o II Torneio Internacional de Andebol CR


Na final contra Casa do Povo de Messines, a APD Leiria venceu por 23-8, onde a capacidade física se demonstrou muito superior à do adversário.

Agradecemos à AAAlgarve, a fantástica organização assim como a maneira como nos acolheram que é das melhores. Sempre com os devidos cuidados e orientações da DGS. Obrigado a todos pelas mensagens e apoio.

APD Lisboa

Adiado para 2021 o Torneio Internacional da APD Lisboa

O mítico Torneio Internacional da APD Lisboa foi adiado para 2021.

Ação de divulgação do para-ciclismo

No passado dia 5 de outubro, a APD esteve na Volta a Portugal da RTP1 a divulgar o para-ciclismo com a Federação Portuguesa de Ciclismo e a Associação Jorge Pina.


Finlândia recebe Campeonato Europeu de Goalball B em janeiro


A Seleção Nacional de Goalball iniciou, dia 3 de outubro, o 1.º estágio de preparação para o Campeonato Europeu de Goalball B que se vai realizar em janeiro, na Finlândia. O estágio realizou-se na Escola Superior de Desporto de Rio Maior, nos dias 3 e 4 de outubro.


“Polybat para Todos” em Campo Maior

No âmbito do projeto “Polybat para Todos” da Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência (FPDD), realizou-se mais um Torneio de Polybat “Jogos Santa Casa”, no dia 18 de novembro, no Pavilhão Desportivo do Centro Escolar “Comendador Rui Nabeiro”, em Campo Maior, destinado, apenas, aos alunos deste Centro Escolar.

Participe na Vida Associativa da APD
<http://www.apd.org.pt>
info-sede@apd.org.pt

T 213 889 883


Atualize as suas quotas
NIB: 003506750003288643081

3.º Campo de Treino de Rugby em cadeira de rodas

O Pavilhão Desportivo Municipal Susana Barroso, em Odivelas – Cidade Europeia do Desporto 2020 – recebeu, a 14 e 15 de novembro, o terceiro Campo de Treino de Rugby CR deste ano.

Face à pandemia da Covid-19, o Campo de Treino teve um formato mais reduzido na prática efetiva e na duração (só duas manhãs), tendo participado 7 atletas, 2 técnicos da Federação, 3 acompanhantes

e 1 árbitro. Já a ação de formação por videoconferência, que incidiu sobre regulamentos, regras e arbitragem, registou a participação de 21 pessoas.

Os Campos de Treino desta modalidade são organizados pela FPDD ao abrigo do projeto “Rugby sobre rodas”, com o apoio da Câmara Municipal de Odivelas e do Instituto Português do Desporto e Juventude e com o patrocínio dos Jogos Santa Casa.


ASSOCIAÇÃO

Diretora Helena Rato | **Propriedade** Associação Portuguesa de Deficientes | **Redação Adiministração e Publicidade APD** - Lg. Rato, nº 1B, 1250-185 Lisboa, tl. 213 889 883/4, fax. 213 871 095, Contribuinte nº 501 129 430, Registo ICR nº 105 717 | **Redação, Design e Paginação** Formiga Amarela - Oficina de Textos e Ideias, Lda. | **Impressão** Grafedisport-Impressão e Artes Gráficas SA. Estrada Consiglieri Pedroso nº 90, 2730-053 Barcarena | **Assinatura anual** (4 meses: 2€) | **Depósito Legal** 2667/89 | **Tiragem** 13 500 exemplares | **Estatuto Editorial:** <https://www.apd.org.pt/index.php/comunicacao-apd/jornal-associacao>


PORTE PAGO

Para anunciar neste jornal, por favor contacte os nossos serviços comerciais tel: 213 889 883/4